

Choque de liberalismo

Fernando Ferrari Filho*

Entre 2015 e 2018, período dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer, a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) acumulará – caso seja confirmada a projeção do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB), de dezembro de 2018, que prevê um crescimento de 1,3% – um resultado de, aproximadamente, - 5,5%, o que consistirá na mais severa recessão e estagnação da economia brasileira ao longo de sua história.

Motivos para a risível performance do PIB não faltam, entre os quais o processo de desindustrialização, as baixas produtividades dos fatores de produção, a queda dos investimentos públicos – diga-se de passagem, imprescindíveis e complementares aos investimentos privados –, políticas

monetária e cambial desajustadas, o crônico desequilíbrio fiscal, principalmente o financeiro (ou seja, o relacionado ao fluxo de rolagem da dívida pública), e a deterioração do cenário internacional, caracterizado pelo menor crescimento do PIB mundial e pela queda dos preços das commodities internacionais.

Diante desse cenário, o futuro ministro da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, o economista Paulo Guedes, indo ao encontro das “ideias” defendidas por Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial, bem como justificando a sua formação econômica na Universidade de Chicago, cujos princípios teóricos são o livre mercado e o *laissez-faire*, propõe um “choque de liberalismo” para resolver os referidos problemas de nossa economia. Assim sendo, as primeiras sinalizações de Paulo Guedes são

de uma agenda econômica liberal centrada nas privatizações, na desregulamentação dos mercados, na redução dos impostos, na independência do BCB – condição essencial para que a referida instituição se preocupe, única e exclusivamente, com o controle do processo inflacionário, em conformidade com o pensamento econômico monetarista da Universidade de Chicago –, nas reformas estruturais e na austeridade fiscal. Enfim, a solução “guedesiana” é Estado mínimo e dinamização da economia pelo lado da oferta (*supply side economics*), tal qual ocorreu nos governos Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 1980.

Pois bem, tendo ciência de que o mundo real é condicionado pela incerteza econômica (sobre a importância da incerteza no processo econômico, sugerimos consultar

a obra *The General Theory of employment, Interest and Money*, de J.M.Keynes), ao “prospectarmos” o que poderá acontecer na área econômica a partir de 2019, surge a seguinte questão: será que, principalmente no período pós-crise financeira internacional (2007-2008) e grande recessão (2009-2010), há espaço para a agenda de Estado mínimo, livre mercado e *supply side economics*? Sem dúvida alguma, nossa resposta é não! Por quê? Pelo menos três argumentos fundamentam nossa categórica afirmação.

Em primeiro lugar, historicamente, o desenvolvimento econômico e social das economias capitalistas no século passado mostra que a articulação entre Estado, mercado e instituições foi fundamental (H-J. Chang detalha esse quadro em *23 Things They Don't Tell You About Capitalism*). Nesse sentido, para que o mercado precifique satisfatoriamente os recursos escassos e as instituições sejam instrumentos definidores de normas e atitudes para que os agentes econômicos possam ter “previsibilidade” de seus comportamentos, a dinâmica econômica não pode prescindir da ação estabilizadora, indutora e reguladora do Estado, seja para criar um ambiente institucional favorável à tomada de decisão de gastos dos consumidores, empresários e bancos, seja para mitigar as falhas de mercado.

Segundo, porque a crise financeira internacional e a grande recessão mostraram que tanto a intervenção do Estado na economia, através de políticas fiscais contracíclicas, quanto o afrouxamento de liquidez (*quantitative easing*) por parte dos bancos centrais foram essenciais para que a economia mundial não se configurasse em outra Grande Depressão, como a que ocorreu entre 1929 e 1933.

Terceiro, pelo fato de que, desde os anos 1950, os ciclos econômicos da economia brasileira têm sido caracterizados pela presença do Estado na economia, objetivando atender, em grande parte, aos interesses corporativos dos agentes econômicos – empresários dos setores agrícola, industrial e de serviços, especialmente, do sistema financeiro, e trabalhadores sindicalizados. Explorando o último argumento, caso o governo Bolsonaro insista em adotar uma agenda ortodoxa-liberal, a frustração das expectativas dos eleitores e das elites econômicas e políticas com o futuro presidente – diga-se de passagem, resistentes a mudanças abruptas e às perdas de privilégios e de incentivos e subsídios fiscais – e a pressão dos setores de baixa renda e excluídos socialmente, decorrente, entre outras, da manutenção das altas taxas de desemprego e da redução de seus direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, podem fazer com que tenhamos a repetição da crise político-institucional do início dos anos 1990. Nesse particular, caso a história seja repetida, nos restaria saber se, como diria Karl Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ela se repetirá de forma trágica ou como farsa.

Concluindo, a realidade brasileira fará com que a retórica da ortodoxia liberal e a “mão invisível” do mercado, proposições de Paulo Guedes para solucionar os nossos problemas econômicos, sejam subordinados ao *modus operandi* da economia brasileira, em que o Estado é capturado pelos agentes econômicos e pelas elites políticas.

*Professor titular aposentado da UFRGS

